



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333492-5

COMARCA: 4ª VARA CÍVEL DE CARUARU

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO  
DPVAT S/A

APELADO: VAILSON JOSÉ DA SILVA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT- RITO SUMÁRIO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA INVALIDEZ - REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA QUE NÃO GRADUOU A INVALIDEZ - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - APELO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0333492-5, em que figuram como Apelante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A e como Apelado VAILSON JOSÉ DA SILVA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "À unanimidade, deu-se provimento à apelação, nos termos dos votos da Turma". Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 12 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



117

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333492-5**

**APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**

**ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO PE004246D**

**APELADO: VAILSON JOSÉ DA SILVA**

**ADV: JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES PE022820**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação de Cobrança de Complemento do Seguro DPVAT.

**Sentença Recorrida:** A Decisão (fls. 76/80), com fulcro no art. 269, I, da Lei Adjetiva Civil, para julgar procedente o Pedido, e compelir a Demandada ao pagamento do valor de R\$ 8.775,00 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais), com atualização monetária, de acordo com tabela adotada pelo E. Tribunal de Justiça, a partir do último pagamento parcial, e juros legais, desde a citação, nos termos do Art. 219 do mesmo diploma legal, na ordem de 1% ao mês (CC/02, Art. 406, c/c CTN, Art. 161, § 1º). Sem custas, ante a gratuidade processual concedida à Parte Autora. Pelo Princípio da Sucumbência, a Promovida, restou obrigada ao pagamento das despesas processuais, inclusive, os honorários advocatícios, sendo estes fixados em 20% sobre o valor da condenação, na forma do Art. 20, § 3º, do CPC.

**Objeto:** Apelação com pedido de conversão do feito em diligência, para que seja apurada a graduação da lesão ou, de forma alternativa, requer a reforma da sentença no tocante à incidência da correção monetária e do percentual estipulado a título de honorários advocatícios (fls. 84/91).

**Razões recursais:** Argumenta acerca da aplicabilidade da súmula 474 STJ, uma vez que é necessária a gradação das lesões para os casos de invalidez total e parcial para fins de pagamento do seguro. Alega que o laudo pericial acostado aos presentes autos não informou o tipo de lesão e/ou o grau da debilidade da parte apelada, tendo apenas informado a existência de deformidade permanente. Pugna pela necessidade da realização de perícia, conforme determina a súmula 474 do STJ e a lei nº 11945/09.

**Contra-razões:** Às fls. 103/109, objetivando o desprovimento do apelo e a manutenção da sentença.

**É o relatório.**

**Sem revisor por se tratar de rito sumário, conforme dita o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.**

Recife, 05 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator

GDPM/26



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0333492-5

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO PE004246D

APELADO: VAILSON JOSÉ DA SILVA

ADV: JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES PE022820

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**VOTO RELATOR**

A questão posta a exame perante este Tribunal, através de recurso, se traduz no questionamento quanto ao valor da indenização devida à vítima de acidente com veículo automotor coberto pelo seguro obrigatório – DPVAT, nos casos de invalidez parcial e permanente, isto é, se a indenização deve corresponder ao grau de invalidez ou se deve ser integral, se comprovada a invalidez permanente.

Pois bem, com a edição da Súmula 474 do STJ, tornou-se essencial adotar seu comando, de forma que toda a invalidez permanente coberta pelo seguro DPVAT deverá ser quantificada de acordo com o grau da lesão (percentual da invalidez), independente da Lei que vigorava na época do sinistro ocorrido.

Eis o teor da Súmula 474:

*Súmula nº 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*

No caso, foi realizada perícia médica, que atestou a existência de incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias de deformidade permanente no autor (fl. 63/63v), não graduando a invalidez, porém, nos termos da Tabela Anexa à Lei Federal 11.945/2009.

Assim, ao meu sentir torna-se obrigatória e indispensável a perícia judicial para o deslinde do feito, ainda que a seguradora tenha promovido pagamento administrativo, o qual, apenas após a realização de perícia conclusiva acerca da graduação da lesão, poderá ser avaliado como parcial ou integral.

Desta forma, entendo pela desconstituição a sentença para determinar que seja realizada a perícia médica na parte autora, com a vinda aos autos de laudo de verificação da existência da invalidez e quantificação das lesões decorrentes do acidente para que possa ser graduada a invalidez permanente do autor para a fixação do quantum devido.

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para anular a sentença, determinando a remessa do feito ao Juízo de origem para produção de prova pericial, com a devida verificação do grau de invalidez do autor.

É COMO VOTO.

— Recife, 25/05/2014.  
*[Assinatura]*